

Empresa de Energia São Manoel S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Energia São Manoel S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 11 e 12 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 3.094.742 mil e R\$ 71.742 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa (“UGC”), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 308.250 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros e o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.791	88.431
Concessionárias	5	47.942	43.409
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	15.558	1.610
Outros tributos compensáveis	6	53.974	59.206
Outros créditos	10	6.192	852
Total do Ativo Circulante		217.457	193.508
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6		2.762
Outros tributos compensáveis	6	9.964	38.468
Tributos diferidos	7	308.250	267.267
Cauções e depósitos vinculados	8	116.439	147.415
		434.653	455.912
Imobilizado	11	3.094.742	3.203.171
Intangível	12	71.742	64.394
		3.166.484	3.267.565
Total do Ativo Não circulante		3.601.137	3.723.477
TOTAL DO ATIVO		3.818.594	3.916.985
PASSIVO			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	13	23.234	27.301
Outros tributos a recolher	6	635	562
Debêntures	14	37.882	33.137
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	48.861	112.741
Uso do bem público	16	4.324	3.903
Provisões	17	24.007	29.358
Outras contas a pagar	10	7.579	3.907
Total do Passivo Circulante		146.522	210.909
Não circulante			
Tributos diferidos	7	19	15
Debêntures	14	273.456	278.075
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.510.707	1.475.685
Uso do bem público	16	52.097	47.751
Provisões	17	24.389	9.927
Outras contas a pagar	10	352	3.760
Total do Passivo Não circulante		1.861.020	1.815.213
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	2.409.974	2.409.974
Prejuízos acumulados		(598.922)	(519.111)
Total do Patrimônio Líquido		1.811.052	1.890.863
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.818.594	3.916.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2021	2020
Receitas	19	375.052	360.656
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(148.507)	(142.745)
Custo de operação		(153.653)	(157.837)
		(302.160)	(300.582)
Lucro bruto		72.892	60.074
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(8.692)	(8.028)
Outras despesas e receitas operacionais		1.170	282
		(7.522)	(7.746)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		65.370	52.328
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		11.800	6.450
Despesas financeiras		(197.964)	(180.661)
		(186.164)	(174.211)
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(120.794)	(121.883)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		40.983	41.409
		40.983	41.409
Prejuízo do exercício		(79.811)	(80.474)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,03312)	(0,03339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(79.811)	(80.474)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(79.811)</u></u>	<u><u>(80.474)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.409.974	(438.637)	1.971.337
Prejuízo do exercício		(80.474)	(80.474)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.409.974	(519.111)	1.890.863
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.409.974	(519.111)	1.890.863
Prejuízo do exercício		(79.811)	(79.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.409.974	(598.922)	1.811.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(120.794)	(121.883)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		130.253	135.002
Direito de concessão - GSF		(5.819)	(10.402)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		178.268	161.537
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		8.657	5.727
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.422)	1.080
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		10.710	10.658
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.655	1.494
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(3.143)	(2.024)
Outros		3.032	(276)
		<u>201.397</u>	<u>180.913</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(4.533)	7.349
Outros tributos compensáveis		(19.107)	(19.201)
Estoques		(768)	
Cauções e depósitos vinculados		178	
Outros ativos operacionais		(4.235)	(438)
		<u>(28.465)</u>	<u>(12.290)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(4.067)	7.508
Outros tributos a recolher		41.308	39.333
Provisões		(10.399)	(14.301)
Uso do bem público		(4.048)	(3.882)
Outros passivos operacionais		(1.310)	(2.537)
		<u>21.484</u>	<u>26.121</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>194.416</u>	<u>194.744</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		3.052	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>197.468</u>	<u>194.744</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(18.937)	(25.351)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(18.937)</u>	<u>(25.351)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções		33.941	(62.531)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(76.512)	(51.219)
Pagamentos de encargos de dívidas		(130.488)	(80.097)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(112)	(50)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	<u>(173.171)</u>	<u>(193.897)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>5.360</u></u>	<u><u>(24.504)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93.791	88.431
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		88.431	112.935
		<u><u>5.360</u></u>	<u><u>(24.504)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2021	2020
Geração do valor adicionado	475.075	448.599
Receita operacional	439.827	422.049
Receita relativa à construção de ativos próprios	34.978	26.522
Outras receitas	270	28
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(221.711)	(207.036)
Custos da energia comprada	(78.466)	(74.873)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.907)	(83.474)
Materiais	(3.621)	(10.537)
Serviços de terceiros	(43.222)	(30.209)
Outros custos operacionais	(6.495)	(7.943)
Valor adicionado bruto	253.364	241.563
Retenções		
Depreciações e amortizações	(130.253)	(135.002)
Valor adicionado líquido produzido	123.111	106.561
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.377	6.832
Valor adicionado total a distribuir	135.488	113.393
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.782	6.779
Benefícios	1.629	1.774
FGTS	541	390
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.347	4.239
Estaduais	43	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	197.964	180.661
Aluguéis	(7)	3
	215.299	193.867
Prejuízo do exercício	(79.811)	(80.474)
	135.488	113.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Concessão	
				Instalada	Assegurada	Início	Término
				(MWm)	(MWm)		
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014	10/04/2049

Em 26 de setembro de 2019 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0 MW para 735,8 MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0 MW, passa a ser de 186,3 MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4 MW ante os 424,5 MW anteriores.

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,70 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2021, atualizado de R\$121,99 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, com extensão por mais 5,8 meses decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *General Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020.

Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente à parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro de 2020, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentaram a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a Aneel deu prazo de 90 dias – contados a partir da publicação da Resolução – para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

A CCEE cumpriu a atualização dos cálculos e envio de novos valores à ANEEL em 1º de março de 2021. Durante o mês de março, a Agência avaliou os resultados e programou a homologação para a Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. No entanto, em avaliação de pedidos de reconsideração de alguns agentes no âmbito do processo, houve o entendimento de que o ressarcimento do risco não hidrológico deveria também alcançar usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015. Dessa forma, para homologar uma única extensão de outorga (uma vez que há usinas que se encaixam nas duas situações de ACR e ACL), o relator decidiu adiar o processo para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publicasse novos valores para homologação.

Durante o período de avaliação, ocorreu a tramitação e aprovação da MP nº 1.031/21 (MP da Eletrobras) em 23 de fevereiro de 2021 no Senado, com emenda incorporada ao texto legal para reconhecer o ressarcimento do risco não hidrológico para as usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas.

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao destravamento do MCP, que represa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração - RCA realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto a Companhia procedeu com o registro contábil conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos aceitos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 5,8 meses (correspondentes a R\$11.484) no prazo de sua concessão.

Em 13 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.182/21, conversão da MP nº 1.031, que trata da desestatização da Eletrobras. Entre outros temas, quanto ao GSF, o art. 18 da referida Lei, alterou a Lei nº 13.203/15, a respeito da parcela da energia do ACR pré-2015 considerada até então não repactuada, permitindo agora sua repactuação nos mesmos termos da Lei nº 14.052/20 (GSF do ACL). No exercício de 2021 a Companhia procedeu com o complemento no incremento no prazo de concessão equivalentes a 2,2 meses, (correspondente a R\$4.737). Sendo assim, o incremento no prazo de extensão da outorga da Companhia, considerando o ACL e ACR, equivale a 8,0 meses, correspondendo ao montante total de R\$16.221. O referido registro foi efetuado no Intangível (Nota 12) em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 20).

1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2021 para R\$4.485, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$56.421 (R\$51.654 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Como mencionado na nota 1.1, considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/20, a Companhia procedeu com o registro contábil no valor de R\$407, relativo o UBP correspondente ao incremento do prazo da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 à 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE (Nota 3.2.1).

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.4.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.4).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.1), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requeressem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas, que vão desde a base de determinação do valor recuperável até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a Companhia avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à Companhia. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela Companhia em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios de 2021, 2020, 2018 e 2017 a Companhia procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, em 2019, a Administração da Companhia, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performado o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111.191, detalhados por classe de ativos na nota 11.1 - Composição do Imobilizado, em contrapartida de Gastos operacionais.

No exercício, a Administração da Companhia efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, não tendo constituído valor adicional ou reversão.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Publicação	Descrição	Status
Medida Provisória - MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021	A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhora da expectativa de chuvas ao final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir.	Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP caducou, bem como ocorreu o fim da CREG.

3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

3.2.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021

No exercício de 2021, foram homologados os seguintes normativos que impactaram a Companhia:

Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021	A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência toma as providências necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19.	O percentual de repasse de P&D da Companhia destinado à CDE é de 30%. Os valores de agosto de 2020 à janeiro de 2021 serão pagos em 9 parcelas, atualizados pela Selic (Nota 10.3)
Standstill - Medida emergencial BNDES	O BNDES aprovou em março de 2020, em caráter emergencial, medidas socioeconômicas de execução imediata que têm por objetivo ajudar a mitigar os efeitos da COVID-19 no Brasil. Uma das medidas é a possibilidade de concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como <i>standstill</i> .	Em 30 de novembro de 2021, foi concedida a autorização para a suspensão temporária do pagamento dos financiamentos do BNDES da Companhia, no período de dezembro de 2021 até junho de 2022 (Nota 15).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	1.650	994
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	92.141	87.437
	92.141	87.437
Total	93.791	88.431

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 101,50% a 101,90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

5 Concessionárias

	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	44.565	43.409
Energia de curto prazo	3.377	
	47.942	43.409
	47.942	43.409

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Energia de curto prazo

O montante de R\$3.377 em 31 de dezembro de 2021 refere-se à estratégia de sazonalização da garantia física adotada da Companhia, tendo operacionalizado esta venda de Energia de Curto Prazo.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2021
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	4.372			2.551	(3.052)	11.687	15.558
		4.372	-	-	2.551	(3.052)	11.687	15.558
Circulante		1.610						15.558
Não Circulante		2.762						-
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS	6.2	79.885	16.183				(34.410)	61.658
IRRF sobre aplicações financeiras		8.014	1.200				(8.012)	1.202
Outros		9.775	1.856	(31)			(10.522)	1.078
Total		97.674	19.239	(31)	-	-	(52.944)	63.938
Circulante		59.206						53.974
Não circulante		38.468						9.964
Passivos a recolher								
Outros tributos a recolher								
ICMS		66	350			(394)		22
PIS e COFINS	6.2	-	41.257				(41.257)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		230	1.566			(1.490)		306
Encargos com pessoal		266	2.345		22	(2.326)		307
Total Circulante		562	45.518	-	22	(4.210)	(41.257)	635

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$15.558 (R\$4.372 em 31 de dezembro de 2020) refere-se substancialmente ao impacto da Lei 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

6.2 PIS e COFINS

Os créditos originados na construção da UHE São Manoel foram consumidos ao longo de 2021 e em 31 de dezembro de 2021 o montante R\$61.658 de créditos de PIS e COFINS, referem-se a créditos originados da aquisição de insumos de energia elétrica, uso da rede, materiais e serviços, que estão sendo compensados com os respectivos débitos desses impostos, na medida que os faturamentos de energia elétrica estão sendo realizados.

7 Tributos diferidos

Nota	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS			19	15
Imposto de renda e contribuição social	7.1	308.250	267.267	
Total		308.250	267.267	19

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Prejuízos Fiscais		102.411	79.505			22.906	24.916
Base Negativa da Contribuição Social		36.868	28.622			8.246	8.970
		139.279	108.127	-	-	31.152	33.886
Diferenças Temporárias							
Gastos Pré-operacionais		1.984	4.148			(2.164)	(2.164)
Uso do bem público - CPC 25	1.1.1	7.335	3.933	2.175	849	2.076	1.135
Direito de concessão - GSF	1.1			5.360	3.537	(1.823)	(3.537)
Redução no valor recuperável dos ativos		103.599	106.930			(3.331)	(3.331)
Licenças ambientais		63.498	48.398			15.100	15.426
Outras		236	232	146	115	(27)	(6)
Total diferenças temporárias		176.652	163.641	7.681	4.501	9.831	7.523
Total		315.931	271.768	7.681	4.501	40.983	41.409
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(7.681)	(4.501)	(7.681)	(4.501)		
Total		308.250	267.267	-	-		

7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	A partir de 2029	Total Não circulante
17.284	17.360	17.360	18.474	32.935	79.251	133.267	315.931

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2021
Depósitos judiciais	17	2.732		90	(178)	2.644
Cauções	8.1	144.683	38.968	3.053	(72.909)	113.795
Total Não circulante		147.415	38.968	3.143	(73.087)	116.439

8.1 Cauções

Refere-se às aplicações em fundo de investimentos, junto ao Banco Citibank, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Nota 15) e à 4ª emissão de debêntures (Nota 14), constituídas como parte das garantias dos contratos. O montante caucionado é baseado na expectativa das parcelas futuras de ambas as dívidas, para os próximos seis meses, sendo R\$42.188 relacionado ao BNDES, R\$53.879 às debêntures e R\$17.728 compartilhado entre ambos.

As movimentações de adições e resgates no período referem-se substancialmente ao pagamento da debênture nos meses de junho e dezembro de 2021, e da recomposição da conta mensalmente, para o próximo pagamento semestral.

9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo				Resultado	
				Circulante		Circulante		Não circulante		Operacional	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Concessionárias (Nota5)											
Suprimento de energia elétrica											
EDP Trading Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	2.924	2.884					39.376	37.559
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		01/05/2018 a 31/12/2038	2.908	2.724					39.499	37.515
EDP Espírito Santo	Controle Comum	121,99	26/04/2018 a 31/12/2047	192	162					1.544	1.481
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto	153,26	01/05/2018 a 31/12/2038	2.767	3.469					39.499	37.581
				8.791	9.239	-	-	-	-	119.918	114.136
Fornecedores (Nota13)											
Encargos de uso da rede básica											
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		09/11/2017 a 10/04/2049				314			(10.368)	(6.674)
EDP Transmissão (*)	Controle Comum		09/02/2019 a 30/04/2049			5	4			(53)	(56)
EDP Transmissão MA I (*)	Controle Comum		11/05/2021 a 30/04/2049			30				(149)	
EDP Transmissão MA II (*)	Controle Comum		04/01/2020 a 30/04/2049			8	7			(88)	(67)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049			16				(103)	
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum		01/07/2021 a 30/04/2049			1				(9)	
Contrato de prestação de serviços (a)											
Furnas Centrais Elétricas	Controladora em conjunto		03/01/2017 a 31/12/2017				1.974				
EDP Trading Comercializadora	Controle Comum		28/10/2019 a 27/10/2024					49	44	(539)	(569)
				-	-	60	2.299	49	44	(11.309)	(7.366)
Outras contas a pagar (Nota 10)											
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)											
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/05/2018 a 31/12/2024					268	251	(1.205)	(1.453)
				-	-	-	-	268	251	(1.205)	(1.453)
Total				8.791	9.239	60	2.299	317	295	107.404	105.317

(*) A EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e conseqüentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
(a) Contratos de prestação de serviços
Furnas Centrais Elétricas

O contrato com vigência no exercício de 2017 tinha por objetivo a prestação dos serviços de controle tecnológico dos materiais de construção da UHE da Companhia. Durante a construção, Furnas assinou um contrato de prestação de serviço de controle tecnológico de materiais com o Consórcio Constran-UTC. Em 2017 com a saída da empreiteira, por problemas financeiros, a Companhia contratou Furnas para dar continuidade nos serviços de controle de produção do concreto, acompanhamento da calibração das centrais de concreto, ensaios em concreto e solo realizados nos laboratórios da obra. Os serviços foram executados entre janeiro e dezembro de 2017 e a prestação de serviços entre Furnas e a Companhia foi quitada em abril de 2021.

EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratado é de R\$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

9.1 Compromissos contratuais

A Companhia possui um contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) junto a EDP Trading Comercializadora (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) de 11 MWm com início de suprimento em 1º janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2022.

9.2 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 18.1).

9.3 Remuneração dos administradores

	2021			2020			
	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	143	89	232	31	143	89	263
Total	143	89	232	31	143	89	263

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo					
Estoques		1.533	765		
Despesas pagas antecipadamente	10.1	4.648	74		
Outros		11	13		
Total		6.192	852	-	-
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			317	295
Obrigações sociais e trabalhistas	10.2	1.626	1.666		
Encargos Setoriais	10.3	5.732	1.836		3.458
Arrendamentos e aluguéis		40	217	35	7
Outros		181	188		
Total		7.579	3.907	352	3.760

10.1 Despesas pagas antecipadamente

Do montante total de R\$4.648, R\$2.907 refere-se a renovação de contratos de seguros pagos antecipadamente e R\$1.741 refere-se a performance decorrente do contrato de prestação de serviços onde, em sua contrapartida, houve um aumento de potência das unidades geradoras da UHE da Companhia, passando de 700Mw para 735,8Mw de capacidade total instalada.

10.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.3 Encargos Setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2020	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	10.3.1 e 10.3.2	3.825	3.721	167	(5.866)	1.847
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	19	1.292	18.059		(15.659)	3.692
Outros encargos		177	2.311		(2.295)	193
Total		5.294	24.091	167	(23.820)	5.732
Circulante		1.836				5.732
Não circulante		3.458				-

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
10.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

10.3.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento à programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os valores repassados são oriundos da referida Conta, anuidos pela ANEEL (Nota 3.2.1).

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

11.1 Composição do imobilizado

	31/12/2021				31/12/2020					
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos	3,19	39.885		(5.053)	34.832	3,19	39.477		(3.745)	35.732
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	1.164.570	(92.753)	(138.457)	933.360	3,18	1.167.416	(92.753)	(104.583)	970.080
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	1.316.321	(109.736)	(157.017)	1.049.568	3,20	1.314.986	(109.736)	(118.386)	1.086.864
Máquinas e equipamentos	3,32	1.357.614	(145.285)	(158.288)	1.054.041	3,32	1.349.956	(145.285)	(117.386)	1.087.285
Veículos	14,29	806		(342)	464	14,29	806		(226)	580
Móveis e utensílios	6,25	1.391		(226)	1.165	6,25	1.419		(177)	1.242
		<u>3.880.587</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(459.383)</u>	<u>3.073.430</u>		<u>3.874.060</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(344.503)</u>	<u>3.181.783</u>
Sistema de Transmissão e Conexão										
Máquinas e equipamentos	3,18	14.984	(1.271)	(1.780)	11.933	3,18	14.984	(1.271)	(1.344)	12.369
		<u>14.984</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(1.780)</u>	<u>11.933</u>		<u>14.984</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(1.344)</u>	<u>12.369</u>
Administração										
Máquinas e equipamentos	11,66	1.697		(506)	1.191	15,01	702		(322)	380
Veículos	14,29	1.904		(674)	1.230	14,29	1.498		(851)	647
Móveis e utensílios	6,25	2.036		(271)	1.765	6,25	863		(145)	718
		<u>5.637</u>	<u>-</u>	<u>(1.451)</u>	<u>4.186</u>		<u>3.063</u>	<u>-</u>	<u>(1.318)</u>	<u>1.745</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>3.901.208</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(462.614)</u>	<u>3.089.549</u>		<u>3.892.107</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(347.165)</u>	<u>3.195.897</u>
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias	24,90	139		(75)	64	24,42	446		(246)	200
Total Ativos de direito de uso		<u>139</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>	<u>64</u>		<u>446</u>	<u>-</u>	<u>(246)</u>	<u>200</u>
Imobilizado em curso										
Geração		4.894			4.894		6.773			6.773
Administração		235			235		301			301
Total do imobilizado em curso		<u>5.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.129</u>		<u>7.074</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.074</u>
Total imobilizado		<u>3.906.476</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(462.689)</u>	<u>3.094.742</u>		<u>3.899.627</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(347.411)</u>	<u>3.203.171</u>

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
11.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em serviço								
Terrenos		35.732		408	(1.308)			34.832
Reservatórios, barragens e adutoras		970.080		(2.846)	(33.874)			933.360
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.086.864		1.335	(38.631)			1.049.568
Máquinas e equipamentos		1.100.034		8.653	(41.522)			1.067.165
Veículos		1.227		991	(444)	(80)		1.694
Móveis e utensílios		1.960		1.146	(176)			2.930
Total do imobilizado em serviço		3.195.897	-	9.687	(115.955)	(80)	-	3.089.549
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias		200			(79)	(57)		64
Máquinas e equipamentos		-	10		(10)			-
Total Ativos de direito de uso		200	10	-	(89)	(57)	-	64
Imobilizado em curso								
Terrenos		-	408	(408)				-
Reservatórios, barragens e adutoras	11.2.1	149	2.741	2.846		(5.587)		149
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	712	(1.335)			623	-
Máquinas e equipamentos		300	3.443	(8.653)			5.145	235
Adiantamento a fornecedores		1.235					(1.235)	-
A ratear		-	5.532				(5.532)	-
Outros		5.390	575	(2.137)		(82)	999	4.745
Total do imobilizado em curso		7.074	13.411	(9.687)	-	(5.669)	-	5.129
Total do imobilizado		3.203.171	13.421	-	(116.044)	(5.806)	-	3.094.742

11.2.1 Reservatórios, barragens e adutoras

Do saldo total de R\$5.587, R\$4.899 refere-se a reversão das provisões trabalhistas, conforme nota 17.1.1.1.1

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do intangível

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	284	(114)	170				-
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	80.087	(66.017)	14.070	25,37	64.738	(53.789)	10.949
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,18	47.220	(6.094)	41.126	3,18	47.062	(4.593)	42.469
Direito de concessão - GSF	3,47	16.221	(455)	15.766		10.402		10.402
		143.812	(72.680)	71.132		122.202	(58.382)	63.820
Administração								
Software	20,00	397	(270)	127	20,00	319	(190)	129
		397	(270)	127		319	(190)	129
Total do intangível em serviço		144.209	(72.950)	71.259		122.521	(58.572)	63.949
Intangível em curso								
Geração		119		119		413		413
Administração		364		364		32		32
Total do intangível em curso		483	-	483		445	-	445
Total do Intangível		144.692	(72.950)	71.742		122.966	(58.572)	64.394

12.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2020	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível em serviço						
Software		129		362	(194)	297
Direito de concessão - Licenças ambientais		10.949		15.348	(12.227)	14.070
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	1.1.1 e 12.2.1	42.469	158		(1.501)	41.126
Direito de concessão - GSF	1.1 e 12.2.2	10.402	5.819		(455)	15.766
Total do intangível em serviço		63.949	5.977	15.710	(14.377)	71.259
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		445	15.748	(15.710)		483
Total do Intangível em curso		445	15.748	(15.710)	-	483
Total do intangível		64.394	21.725	-	(14.377)	71.742

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação.

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão citado na nota 1.1.1, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão. O valor de R\$41.126 em 31 de dezembro de 2021 está sendo amortizado pelo novo prazo de concessão desde os respectivos registros em 2021.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
12.2.2 Direito de concessão - GSF

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão citado na nota 1.1, o ingresso em 31 de dezembro de 2021 de R\$5.819 (R\$10.402 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao GSF no ACR, estimado pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/202 e Lei nº 14.182/21 (Nota 1.1). Os montantes estão sendo amortizados pelo novo prazo de concessão desde os respectivos registros em 2020 e 2021.

13 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	13.1	2.919	7.937
Encargos de uso da rede elétrica		10.274	9.153
Operações CCEE		801	784
Materiais e serviços		9.240	9.427
Total		23.234	27.301

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Suprimento de energia elétrica

A variação é decorrente de uma maior contratação de energia via contratos bilaterais, por sazonalização operacionalizada na Companhia ocorrida em 2020 quando comparados ao exercício de 2021, cujos faturamentos em aberto foram substancialmente liquidados em janeiro de 2021.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando

14 Debêntures
14.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021				31/12/2020			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento / Gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil, CTG Brasil e Furnas, referentes às suas participações; b. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto.	2.941	37.085	285.648	325.674	2.857	32.699	292.412	327.968
(-) Custos de emissão				(23.191)		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal			(2.144)	(12.192)	(14.336)		(2.419)	(14.337)	(16.756)
Total											2.941	34.941	273.456	311.338	2.857	30.280	278.075	311.212

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2021 é de R\$325.674 (R\$327.968 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante							
Principal	32.699	(35.520)		6.764		33.142	37.085
Juros	2.857	(23.989)	24.073				2.941
Custo de transação	(2.419)			(2.145)	2.420		(2.144)
	<u>33.137</u>	<u>(59.509)</u>	<u>24.073</u>	<u>4.619</u>	<u>2.420</u>	<u>33.142</u>	<u>37.882</u>
Não circulante							
Principal	292.412			(6.764)			285.648
Custo de transação	(14.337)			2.145			(12.192)
	<u>278.075</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.619)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>273.456</u>

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2022	37.882
	<u>37.882</u>
Não Circulante	
2023	10.603
2024	17.821
2025	23.194
2026 até 2030	140.167
2031 até 2033	81.671
	<u>273.456</u>
Total	<u>311.338</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;
- (ii) Pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) Inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (iv) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;
- (v) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Eletrobras que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, exceto quando a operação for objeto de aprovação prévia dos Debenturistas;
- (vi) Assunção de novas dívidas pela Emissora por meio da contratação de empréstimos, financiamentos ou adiantamentos junto às Acionistas ou a quaisquer terceiros, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários, exceto: (a) mediante prévia aprovação dos Debenturistas; ou (b) por dívidas destinadas a contratação de capital de giro para suprir necessidades pontuais e extraordinárias da Emissora, limitado ao valor máximo individual ou agregado de R\$75.000;
- (vii) Resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, pagamento de juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas diretos ou indiretos, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real e tenha comprovado as exigências conforme a Escritura;
- (viii) Protestos de títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000, contra a Emissora, salvo se, no prazo de 30 dias contados da data de recebimento de notificação pela Emissora, e a mesma comprovar que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado; (b) realizado por erro ou má-fé de terceiro; ou (c) ilegítimo; e/ou (d) foram apresentadas garantias em juízo; e
- (ix) Caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, apurado anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, seja inferior a 1,20 por três anos consecutivos ou por 4 anos intercalados.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures. A variação entre os montantes em aberto no Circulante do exercício, quando comparado ao exercício anterior, referem-se substancialmente ao pagamento de juros em dezembro de 2020, além do aumento do IPCA, indexador da variação monetária da debênture.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2021				31/12/2020			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES FINEM	1.316.632	11/08/2016	1.313.579	11/08/2016 a 15/12/2038	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	T.JLP + 2,88%	Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019.	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	7.710	43.108	1.526.018	1.576.836	7.933	106.882	1.492.953	1.607.768
(-) BNDES FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038							(1.957)	(15.311)	(17.268)		(2.074)	(17.268)	(19.342)
Total										7.710	41.151	1.510.707	1.559.568	7.933	104.808	1.475.685	1.588.426

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as mesmas encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.576.836 (R\$1.607.768 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2021
Circulante							
Principal	106.882	(40.992)			(22.782)		43.108
Juros	7.933	(106.499)	116.559	(10.283)			7.710
Custo de transação	(2.074)				(1.957)	2.074	(1.957)
	<u>112.741</u>	<u>(147.491)</u>	<u>116.559</u>	<u>(10.283)</u>	<u>(24.739)</u>	<u>2.074</u>	<u>48.861</u>
Não circulante							
Principal	1.492.953			10.283	22.782		1.526.018
Custo de transação	(17.268)				1.957		(15.311)
	<u>1.475.685</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.283</u>	<u>24.739</u>	<u>-</u>	<u>1.510.707</u>

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2022 (*)	48.861
	<u>48.861</u>
Não Circulante	
2023	172.075
2024	172.154
2025 até 2029	459.500
2030 até 2034	461.745
2035 até 2038	245.233
	<u>1.510.707</u>
Total	<u>1.559.568</u>

(*) O saldo de R\$48.861 em 2022, reflete a adesão ao standstill (Nota 3.2.1).

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Ingressos (Nota 1.1.1)	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2021
Circulante							
Uso do bem público	3.903		(16)	190	(4.048)	4.295	4.324
	<u>3.903</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>190</u>	<u>(4.048)</u>	<u>4.295</u>	<u>4.324</u>
Não circulante							
Uso do bem público	47.751	158	(2.852)	11.335		(4.295)	52.097
	<u>47.751</u>	<u>158</u>	<u>(2.852)</u>	<u>11.335</u>	<u>-</u>	<u>(4.295)</u>	<u>52.097</u>

17 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1			3.377	9.927
Licenças ambientais	17.2	24.007	29.358	21.012	
Total		<u>24.007</u>	<u>29.358</u>	<u>24.389</u>	<u>9.927</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Saldo em 31/12/2021
		Saldo em 31/12/2020	Constituição	Pagamentos	Reversões (Nota 17.1.1.1.1)	Atualizações monetárias	
Trabalhistas	17.1.1.1	9.285	2	(2)	(6.028)	(543)	2.714
Outros		642				21	663
Total Não circulante		<u>9.927</u>	<u>2</u>	<u>(2)</u>	<u>(6.028)</u>	<u>(522)</u>	<u>3.377</u>

17.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.1.1.1.1 Reversões

Do saldo de reversões de R\$6.028, R\$5.382 referem-se a análises jurídicas realizadas pela Companhia, no qual foram identificados processos que deveriam ser encerrados, sem a necessidade de pagamentos.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		31/12/2021		31/12/2020	
		Depósito judicial			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	17.1.2.1	5.479	6.081		
Cíveis		1.679	1.782		4
Fiscais	17.1.2.2	44.321	42.111	2.501	2.422
Total		51.479	49.974	2.501	2.426

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

17.1.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionados na nota 17.1.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

17.1.2.2 Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela Companhia em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a Companhia incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$26.687 (R\$24.935 em 31 de dezembro de 2020). Atualmente o processo encontra-se em fase de recurso ao Tribunal Superior.

- Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021. A Companhia aguarda o julgamento.

- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2021 é de R\$7.040 (R\$6.896 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

17.1.3 Risco de perda remota

Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$143 (R\$306 em 31 de dezembro de 2020).

17.2 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R\$45.019 (R\$29.358 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 8 de setembro de 2021. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação do IBAMA, tendo portanto considerado que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida tendo a Administração da Companhia, portanto, efetuado adição de R\$15.348 na provisão para os referidos custos ambientais.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Após a renovação da referida licença, a Administração da Companhia efetuou análises considerando o histórico de gastos ambientais, bem como as respectivas provisões e entendeu que não se faz necessária atualização da inflação e, portanto, a atualização monetária cessou no período.

Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes de R\$31.932 decorrentes da implantação do PBA, R\$7.231 relacionados as obras sociais e de infraestrutura, e R\$5.856 relacionados ao programa de gerenciamento ambiental.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2021
Licenças ambientais							
Circulante	29.358		(10.397)	2.142	(4.876)	7.780	24.007
Não circulante	-	15.348			4.876	788	21.012
Total	29.358	15.348	(10.397)	2.142	-	8.568	45.019

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.409.974 (R\$2.409.974 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 2.409.975.002 (2.409.975.002 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.409.975 (R\$2.409.975 em 31 de dezembro de 2020), sendo o valor a integralizar, em ambos os períodos, de R\$1.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
Total	100,000%	2.409.975.002

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Nota	MWh		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	3.324.421	3.333.529	427.744	410.979
Energia de curto prazo	19.1	14.528	5.282	12.083
Receita operacional bruta		3.338.949	3.338.811	439.827
(-) Deduções à receita operacional				
PIS/COFINS			(40.684)	(39.040)
P&D	10.3.1		(3.721)	(3.552)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	10.3		(18.059)	(16.660)
Taxa de fiscalização			(2.311)	(2.141)
			(24.091)	(22.353)
			(64.775)	(61.393)
Receitas		3.338.949	3.338.811	375.052
				360.656

19.1 Energia de curto prazo

A variação apresentada, em termos de volume, reflete a estratégia de sazonalização adotada pela Companhia com intuito de proteção do PLD em 2021, onde o PLD médio anual de 2021 foi de R\$280/MWh, enquanto em 2020 foi de R\$177/MWh. Adicionalmente, ocorreu o impacto de redução de carga em 2020 quando comparado ao mesmo exercício de 2021, como consequência das restrições adotadas como medidas de combate ao COVID-19 (Nota 3.2), que reduziu cerca de 32% as operações comercializadas no MRE.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		2021				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
	20.1	70.934				70.934
		81.590				81.590
	12.2.2	(5.819)				(5.819)
	20.2		7.862	1.872		9.734
			987	446		1.433
	20.3		8.589	5.892		14.481
			115.789	65		115.854
				22		22
			14.377			14.377
	17.1.1				(900)	(900)
				(7)		(7)
					(270)	(270)
		1.802	6.049	402		8.253
	Total	148.507	153.653	8.692	(1.170)	309.682

		2020				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
	20.1	77.088				77.088
		75.752				75.752
		(10.402)				(10.402)
	20.2		7.668	1.988		9.656
			875	263		1.138
	20.3		8.374	5.414		13.788
			116.345	48		116.393
				123		123
			18.486			18.486
					(252)	(252)
				3		3
		307	6.089	189	(30)	6.555
	Total	142.745	157.837	8.028	(282)	308.328

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2021	2020
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	20.959	43.893
Energia de curto prazo	20.1.2	243.019	88.805
Outros		(3.952)	10.300
(-) Ressarcimentos CCEE	20.1.3	(181.862)	(58.029)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(7.230)	(7.881)
Total		70.934	77.088

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente da constituição de lastro para evitar exposição financeira negativa na CCEE acentuada em 2020, efetuada com a sazonalização da Garantia Física.

20.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se ao maior PLD em 2021, que alcançou média anual de R\$280/MWh (Submercado SE/CO) no exercício de 2021, em comparação com R\$177/MWh em 2020, influenciado pela crise hídrica, além de um maior desvio no GSF médio.

20.1.3 Ressarcimentos CCEE

O aumento de ressarcimento em 2021 ocorreu substancialmente devido à proteção da repactuação do risco hidrológico ter sido efetiva em todos os meses do ano, enquanto em 2020 o GSF *flat* ficou acima da proteção nos meses de fevereiro e março, consequentemente sem recebimento do ressarcimento nesses meses, adicional ao aumento dos preços de PLD devido à crise hidrológica (Nota 3.1).

20.2 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	4.880	4.866
Encargos	1.561	1.697
Despesas rescisórias	638	212
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	753	888
Outros benefícios - Corrente	1.470	1.604
Outros	149	163
	9.451	9.430
Administradores		
Honorários e encargos	274	219
Benefícios dos administradores	9	7
	283	226
	9.734	9.656

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
20.3 Serviços de terceiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de consultoria	984	1.370
Serviços de manutenção	5.573	4.752
Serviços de limpeza e vigilância	3.586	2.686
Serviços ambientais	253	896
Serviços de informática	893	767
Serviços de publicação e publicidade	236	258
Serviços de telecomunicações	536	507
Serviços de transporte	188	249
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria		1
(-) Crédito de PIS/COFINS	(572)	(402)
Outros	2.804	2.704
	<u>14.481</u>	<u>13.788</u>

21 Resultado financeiro

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	7.792	4.282
Energia vendida		1.399	1.683
Juros e multa sobre tributos	6	2.551	262
Outros juros e variações monetárias		90	157
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(577)	(382)
Outras receitas financeiras		545	448
		<u>11.800</u>	<u>6.450</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2 e 21.1	(118.633)	(119.317)
Debêntures	14.2	(59.635)	(42.220)
Juros e variações monetárias			
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	522	(1.332)
Uso do bem público	16	(8.657)	(5.727)
Outros juros e variações monetárias		(10.753)	(10.660)
Outras despesas financeiras		(808)	(1.405)
		<u>(197.964)</u>	<u>(180.661)</u>
		<u>(186.164)</u>	<u>(174.211)</u>

21.1 Standstill - Financiamento BNDES

Conforme mencionado na nota 3.2.1, o *standstill* obtido pela Companhia reflete a não amortização do principal pelo referido período e a capitalização destes juros ao montante total da dívida, gerando assim o recálculo das parcelas futuras com reclassificação de parte da dívida do curto prazo para longo prazo. Em dezembro de 2021, o valor de juros suspensos foi de R\$10.283.

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(120.794)	(121.883)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>41.070</u>	<u>41.440</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(90)	(51)
Outras	3	20
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>40.983</u>	<u>41.409</u>
Alíquota efetiva	34%	34%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(79.811)	(80.474)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	<u>2.409.975</u>	<u>2.409.975</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>(0,03312)</u>	<u>(0,03339)</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4	Nível 2	92.141	87.437	92.141	87.437
			<u>92.141</u>	<u>87.437</u>	<u>92.141</u>	<u>87.437</u>
Custo amortizado						
Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos conta movimento	4	Nível 2	1.650	994	1.650	994
Concessionárias	5	Nível 2	47.942	43.409	47.942	43.409
Cauções	8	Nível 2	113.795	144.683	113.795	144.683
			<u>163.387</u>	<u>189.086</u>	<u>163.387</u>	<u>189.086</u>
			<u>255.528</u>	<u>276.523</u>	<u>255.528</u>	<u>276.523</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	23.234	27.301	23.234	27.301
Debêntures	14	Nível 2	320.893	378.232	311.338	311.212
Uso do bem público	16	Nível 2	59.116	53.909	56.421	51.654
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	1.559.568	1.588.426	1.559.568	1.588.426
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	317	295	317	295
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	76	335	75	224
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	44.852	29.700	45.019	29.358
			<u>2.008.056</u>	<u>2.078.198</u>	<u>1.995.972</u>	<u>2.008.470</u>
			<u>2.008.056</u>	<u>2.078.198</u>	<u>1.995.972</u>	<u>2.008.470</u>

24.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****24.1.4 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

24.1.4.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados à TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos significativos encontram-se controlados.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	92.141	3.392			3.392	833	1.660	(839)	(1.684)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	113.795	4.170	19.714	96.976	120.860	57.440	133.246	(43.554)	(76.612)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	205.936	7.562	19.714	96.976	124.252	58.273	134.906	(44.393)	(78.296)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	1.576.836	(143.070)	(464.972)	(743.904)	(1.351.946)	(214.336)	(426.184)	216.888	436.392
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	1.576.836	(143.070)	(464.972)	(743.904)	(1.351.946)	(214.336)	(426.184)	216.888	436.392
Debêntures	IPCA	325.674	(33.206)	(95.693)	(90.215)	(219.114)	(30.055)	(62.646)	27.741	53.371
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	325.674	(33.206)	(95.693)	(90.215)	(219.114)	(30.055)	(62.646)	27.741	53.371

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,9% e 11,2% a.a.; TJLP entre 5,4% e 6,5% a.a.; e IPCA entre 3,6% e 8,3% a.a..

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2021, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2021					31/12/2020	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	17.252	1.448	4.534			23.234	27.301
Debêntures			37.882	115.561	157.895	311.338	311.212
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			48.861	459.860	1.050.847	1.559.568	1.588.426
Uso do bem público	372	1.102	2.850	17.840	34.257	56.421	51.654
Arrendamentos e alugueis	3	3	34	35		75	224
Licenças Ambientais	1.916	5.748	16.343	21.012		45.019	29.358
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				317		317	295
	19.543	8.301	110.504	614.625	1.242.999	1.995.972	2.008.470

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2021, o covenant de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, não foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2021, conforme contratos de financiamento, o que obriga a Companhia a compor em conta vinculada o equivalente à diferença do valor necessário para que o ICSD seja maior ou igual a 1,20, até o dia 15 de junho do exercício posterior imediato. Contudo, o vencimento seria antecipado apenas no caso de ICSD ser inferior a 1,20 durante três exercícios consecutivos ou quatro exercícios intercalados, sendo este, o segundo exercício intercalado em que ocorre o descumprimento (Em 2020 foi atendido e em 2019, que foi a primeira apuração, que não foi atendido). Dessa forma, não houve o vencimento antecipado e, por isso, não há nenhum impacto contábil nestas demonstrações financeiras. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e, com exceção do covenant mencionado as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.118.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA, Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará - ARCON-PA e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER-MT.) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Total dos empréstimos e debêntures	1.870.906	1.899.638
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(93.791)	(88.431)
(-) Cauções	(113.795)	(144.683)
Dívida líquida	<u>1.663.320</u>	<u>1.666.524</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>1.811.052</u>	<u>1.890.863</u>
Total do capital	<u>3.474.372</u>	<u>3.557.387</u>
Índice de alavancagem financeira - %	47,87%	46,85%

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

		2021					
				Efeito não caixa			
Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2021	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
	Cauções e depósitos vinculados	8	144.683	(33.941)	3.053	-	113.795
			144.683	(33.941)	3.053	-	113.795
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
	Debêntures	14	311.212	(59.509)	33.142	26.493	311.338
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	1.588.426	(147.491)		118.633	1.559.568
	Arrendamentos e aluguéis		224	(112)		21	75
			1.899.862	(207.112)	33.142	145.068	1.870.981
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			1.755.179	(173.171)	30.089	21	145.068
			1.755.179	(173.171)	30.089	21	145.068
		2020					
				Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições	Saldo em 31/12/2020	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
	Cauções e depósitos vinculados		80.195	62.531	1.957	-	144.683
			80.195	62.531	1.957	-	144.683
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
	Debêntures		322.183	(53.191)	15.351	26.869	311.212
	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		1.547.234	(78.125)		119.317	1.588.426
	Arrendamentos e aluguéis		338	(50)	(114)	24	224
			1.869.755	(131.366)	15.237	24	1.899.862
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)			1.789.560	(193.897)	13.280	24	146.212
			1.789.560	(193.897)	13.280	24	146.212

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Reversão da capitalização no Imobilizado relativo à contingências	5.126	
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	15.348	(620)
Constituição do Uso do bem público no intangível	158	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	10	26
Total	20.642	(594)

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2021					31/12/2020
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	118
Obrigações de compra						
Compra de Energia	33.501	1.014			34.515	-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	88				88	104
Materiais e serviços	20.756	9.972	654	701	32.083	28.984
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	176.276	267.914	203.394	452.938	1.100.522	1.121.260
	230.621	278.900	204.048	453.639	1.167.208	1.150.466

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2021					31/12/2020
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	114
Obrigações de compra						
Compra de Energia	31.790	1.093			32.883	-
Encargos de conexão e Transporte de Energia	86				86	106
Materiais e serviços	20.138	10.725	804	1.164	32.831	29.983
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	168.064	325.731	308.857	933.849	1.736.501	1.489.459
	220.078	337.549	309.661	935.013	1.802.301	1.519.662

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)
26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$823 (R\$823 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15) e Provisões (Nota 17.1.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516		36.516	
Usinas	3.057.360	1.036.516	3.057.360	1.036.516
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.200			
Linhas de Transmissão	67.091	67.091	67.091	67.091
Responsabilidade civil		55.000	55.000	55.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	6.443	(*)	6.681	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja a cobertura é de até R\$5.611.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Alves de Mello Franco
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Sidnei Bispo
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro
Conselheiro

Yujun Liu
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Felipe Ha Jong Kim
Conselheiro

Rodrigo Egreja
Conselheiro

Luiz Eduardo Marques Moreira
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ